

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2016

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**Concurso Público para provimento de cargos efetivos de
Analista PGE – Bacharel em Direito**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A simplicidade representa o último degrau da sabedoria.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 3 referem-se ao texto abaixo.

Mato Grosso é uma terra de vários sotaques. Com influência de gaúchos, mineiros, paulistas, portugueses, negros, índios e espanhóis, o Estado não tem uma fala própria. Em lugares como Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop, o acento do Sul fica mais evidente. É claro que a língua é porosa, e a influência se faz presente, até mesmo nas comunidades mais fechadas.

Contudo, em Mato Grosso, temos o falar cuiabano, talvez o sotaque mais marcado da língua portuguesa. Com expressões próprias como “vôte” e “sem-graceira”, esse falar se mistura com uma entonação diferente, como a desnasalização no final de algumas palavras. Infelizmente ele é um dos menos retratados na cultura nacional, nunca apareceu em uma novela ou filme de sucesso nacional.

(Adaptado de: Linguajar. Disponível em: www.mt.gov.br/cultura)

1. Atente para as afirmações a respeito do texto.

- I. Os sotaques mato-grossenses caracterizam-se pela hibridez, decorrente da contribuição de linguajares de grupos sociais distintos.
- II. O falar cuiabano tornou-se bem diferenciado dos outros do Estado, caracterizado por expressões próprias e pela perda da nasalização no final de alguns vocábulos.
- III. As influências de diversas etnias e nações são responsáveis por diferenciar o sotaque cuiabano dos demais sotaques mato-grossenses, os quais se destacam pela melodia marcante.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I.

2. Um segmento do texto tem seu sentido expresso, em outros termos e em conformidade com a norma-padrão da língua, em:

- (A) *nunca apareceu em uma novela* / jamais teve figuração em uma novela
- (B) *comunidades mais fechadas.* / agrupamentos sociais autóctones
- (C) *uma entonação diferente* / uma maneira de falar exdrúxula
- (D) *o acento do Sul fica mais evidente.* / a prosódia do Sul projeta-se iminentemente
- (E) *a língua é porosa* / a língua é passível à influências

3. O emprego de Contudo, em destaque no início do segundo parágrafo, atende ao propósito discursivo de

- (A) apresentar o *falar cuiabano*, em contraste com *Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop*, como uma variante sem influências externas.
- (B) destacar o valor do *falar cuiabano*, relativizando a importância das variedades de sotaques para a língua portuguesa falada em Mato Grosso.
- (C) sugerir que o *falar cuiabano*, ao contrário do que se afirmou sobre as *comunidades mais fechadas*, está sujeito a influências externas.
- (D) enfatizar o fato de que o *falar cuiabano*, assim como ocorre no restante do estado, tem uma influência preponderante do *acento do Sul*.
- (E) evidenciar a singularidade do *falar cuiabano*, em contraste com a afirmação de que Mato Grosso *não tem uma fala própria*.



Atenção: As questões de números 4 a 7 referem-se ao texto abaixo.

Por esta, as casas de aposta britânicas não esperavam: o cantor Bob Dylan ganhou o Prêmio Nobel de Literatura de 2016. Seria um sinal de que as já questionáveis fronteiras entre a cultura pop e a chamada alta literatura estão se desfazendo? Deixemos essa questão a quem interessa: os círculos acadêmicos obcecados por categorizar os gêneros do discurso.

Ao mundo hispano-americano, no entanto, cabe uma lembrança oportuna: a importância dos trovadores para nossa formação cultural e sua atualidade nem sempre reconhecida.

Sim, houve um tempo em que poesia e música eram indissociáveis. A literatura na Península Ibérica nasceu com o canto dos trovadores da Idade Média, menestréis ambulantes ou abrigados nas cortes da Galícia e do norte de Portugal. Eles construíram um vigoroso retrato do amor medieval e deram lugar à voz feminina nas suas composições. Foram eles também que denunciaram as mazelas daquela sociedade em suas cantigas de escárnio e maldizer.

Soterrados por séculos de esquecimento, os trovadores sofreram críticas pedantes, que os consideravam repetitivos, vulgares... populares demais, enfim. Houve uma crueldade especial por parte dos eruditos até sua eventual redescoberta pela professora Carolina Michaelis de Vasconcelos, já no início do século XX. Vale notar que a lacuna de percepção que os menosprezou por 600 anos tem uma estreita relação com o esnobismo acadêmico que recusa às letras de canção o status de nobreza da poesia.

Para os brasileiros, nada disso faz sentido. Aí esteve Vinícius de Moraes, que não nos deixa mentir. Quando perguntaram a Manuel Bandeira qual o mais belo verso já escrito no Brasil, o poeta pernambucano respondeu: "Tu pisavas nos astros, distraída", decassílabo de Orestes Barbosa na letra de "Chão de estrelas".

Mesmo assim, entre nós, as manchetes denunciam a surpresa diante do compositor nobelizado. Como se não fosse ele sério o suficiente. Como se ele fosse produto de outro mundo... popular demais, enfim.

(Adaptado de: LOZANO, José Ruy. Com o Nobel para Bob Dylan, é hora de redescobrir os trovadores. *El país – Brasil*, 13.10.2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com>)

4. O texto apresenta como meta central

- (A) discorrer sobre a associação acentuada entre música e poesia no período trovadoresco.
- (B) apresentar as influências que os trovadores exerceram sobre os letristas modernos.
- (C) criticar o desprezo que alguns acadêmicos conferem às composições não eruditas.
- (D) destacar a importância do trabalho de Carolina Michaelis de Vasconcelos para a literatura.
- (E) fazer uma apologia da obra de artistas que se dedicam duplamente à poesia e à letra de canções.

5. *Seria um sinal de que as já questionáveis fronteiras entre a cultura pop e a chamada alta literatura estão se desfazendo? Deixemos essa questão a quem interessa: os círculos acadêmicos obcecados por categorizar os gêneros do discurso.*

Com o comentário sublinhado, o autor

- (A) relativiza a importância prática da distinção, feita por alguns acadêmicos, entre cultura *pop* e a dita alta literatura.
- (B) encarece a relevância da questão proposta, alçando-a a tema que deve ser discutido entre os acadêmicos.
- (C) conclui que a discussão acerca da cultura *pop* e da chamada alta literatura demanda formação acadêmica específica.
- (D) propõe uma resposta negativa para a questão apresentada, respaldando-se nos juízos de certos acadêmicos.
- (E) revela desconhecer a resposta para a pergunta feita, mas dirige o leitor à discussão proposta pela academia.

6. Uma frase redigida em conformidade com as informações do quinto parágrafo e de acordo com a norma padrão da língua é:

Para os brasileiros, nada disso faz sentido,

- (A) haja visto Vinícius de Moraes, que não nos permite mentir, e também Manuel Bandeira que referiu-se ao verso de uma canção; quando perguntado acerca de qual viria a ser o mais belo verso já escrito no Brasil.
- (B) a julgar por Vinícius de Moraes, que não nos faculta mentir, bem como Manuel Bandeira, que, uma vez interrogado sobre qual seria o mais belo verso já escrito no Brasil, aludiu à composição de um letrista.
- (C) tendo como exemplo Vinícius de Moraes, que não nos admite mentir, e ainda, Manuel Bandeira, de cuja resposta a uma pergunta sobre o mais belo verso já escrito no Brasil foi a composição de um letrista.
- (D) haja vista Vinícius de Moraes, que não nos compele mentir, porquanto, também indagaram por Manuel Bandeira qual o mais belo verso já escrito no Brasil, e este não hesitou de mencionar o verso de uma canção.
- (E) tendo em vista Vinícius de Moraes, que não nos insta mentir, e uma vez questionando-se Manuel Bandeira qual fosse o mais belo verso já escrito no Brasil, ele alegou de que este seria a composição de um letrista.

7. Ao acrescentar-se uma vírgula após o termo sublinhado, a frase que se mantém correta, mesmo com alteração de sentido, é:

- (A) *Seria um sinal de que as já questionáveis fronteiras entre a cultura pop e a chamada alta literatura estão se desfazendo?*
- (B) *Eles construíram um vigoroso retrato do amor medieval e deram lugar à voz feminina nas suas composições.*
- (C) *Foram eles também os que denunciaram as mazelas daquela sociedade em suas cantigas de escárnio e maldizer.*
- (D) *Vale notar que a lacuna de percepção que os menosprezou por 600 anos tem uma estreita relação com o esnobismo acadêmico...*
- (E) *Deixemos essa questão a quem interessa: os círculos acadêmicos obcecados por categorizar os gêneros do discurso.*



8. A frase redigida em conformidade com a norma-padrão da língua é:
- (A) Nem sempre dão-se a devida importância aos trovadores, em cujas obras nossa cultura se origina.
 - (B) Círculos acadêmicos dispuseram-se a estabelecer categorias para os gêneros do discurso.
 - (C) Por séculos as cantigas dos trovadores conservaram-se ignoradas de certos estudiosos.
 - (D) O autor reporta-se à certa época em que considerava-se poesia e música expressões indissociáveis.
 - (E) Em suas cantigas de escárnio e maldizer, os trovadores ateram-se à denúncia de mazelas sociais.

Atenção: As questões de números 9 a 13 referem-se ao texto abaixo.

É comum afirmarem que a Música é tão velha quanto o homem, porém talvez seja mais acertado falar que, como Arte, tenha sido ela, entre as artes, a que mais tardiamente se caracterizou.

O nocionamento do valor decorativo de qualquer criação humana, seja o objeto, o gesto, a frase, o canto, muito provavelmente derivou do tecnicamente mais benfeito. Um machado de pedra mais bem lascado, uma lança mais bem polida, o próprio gesto mais bem realizado, ao mesmo tempo que mais úteis e eficazes, tornam-se naturalmente mais agradáveis. Já o canto, a música, porém, para reunir à sua manifestação o valor estético do agradável, do decorativo, parece exigir mais que a ocasionalidade do apenas mais benfeito. Este valor estético do decorativo exige nela maior organização da técnica, sons fixos, determinação de escalas, etc. E pela sua própria função mágico-social, a música primitiva se via impedida de nocionar o agradável sonoro.

E com efeito, se observarmos os povos primitivos atuais, somos forçados a reconhecer que, na grande maioria deles, a música é a menos organizada entre as artes, e a menos rica de possibilidades estéticas. Não a menos importante nem a menos estimada, mas a menos livre, a menos aproveitada em suas potencialidades técnicas e artísticas. As artes manufaturadas e, quase tanto como elas, a dança atingem frequentemente, entre os primitivos, uma verdadeira virtuosidade. As artes da palavra, na poesia das lendas e mitos, nas manifestações da oratória, se apresentam já bastante aproveitadas e tradicionalizadas como técnica. De tais manifestações já podemos, por nossa compreensão de civilizados à europeia, dizer que são artes legítimas porque se sujeitaram a normas técnicas conscientemente definidas, e, embora sempre rituais, já dotadas de valor decorativo incontestável, que a nós já nos é possível apreciar. Aspectos que a música dos primitivos apresenta em estado ainda muitíssimo precário.

(Adaptado de: ANDRADE, Mário de. **Pequena história da música**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2015, p. 11-12.)

9. O autor defende que
- (A) a música dispõe de menos recursos técnicos que outras artes por ser destituída de valor decorativo.
 - (B) a função ritualística foi explorada em detrimento do valor estético na música de povos primitivos.
 - (C) a exploração utilitária da música primitiva foi substituída pela criação estética apenas recentemente.
 - (D) o caráter mágico-social das manifestações culturais primitivas explica a precariedade de suas artes.
 - (E) os europeus não souberam apreciar a arte primitiva porque ignoraram o simbolismo que ela envolve.

10. *E com efeito, se observarmos os povos primitivos atuais, somos forçados a reconhecer que, na grande maioria deles, a música é a menos organizada entre as artes, e a menos rica de possibilidades estéticas. Não a menos importante nem a menos estimada, mas a menos livre, a menos aproveitada em suas potencialidades técnicas e artísticas. As artes manufaturadas e, quase tanto como elas, a dança atingem frequentemente, entre os primitivos, uma verdadeira virtuosidade.*

Nesse trecho, o autor faz uso de construções do tipo:

- (A) condicional e conformativa.
 - (B) consecutiva e conformativa.
 - (C) adversativa e proporcional.
 - (D) condicional e comparativa.
 - (E) proporcional e comparativa.
11. ... são artes legítimas porque sujeitas a normas técnicas conscientemente definidas, e, embora sempre rituais, já dotadas de valor decorativo incontestável...

O vocábulo sublinhado equivale a

- (A) por conseguinte
- (B) porquanto
- (C) quiçá
- (D) de sorte que
- (E) conquanto



12. Pode ser transposta para a voz passiva apenas a frase:
- (A) *Um machado de pedra mais bem lascado, uma lança mais bem polida [...] tornam-se naturalmente mais agradáveis.*
- (B) *... a música é a menos organizada entre as artes, e a menos rica de possibilidades estéticas.*
- (C) *As artes da palavra, na poesia das lendas e mitos, [...] se apresentam já bastante aproveitadas ...*
- (D) *As artes manufaturadas e [...] a dança atingem frequentemente [...] uma verdadeira virtuosidade.*
- (E) *... artes legítimas porque se sujeitaram a normas técnicas conscientemente definidas...*

13. *É comum afirmarem que a Música é tão velha quanto o homem...*

A forma verbal que apresenta a mesma transitividade da sublinhada na frase acima está destacada em:

- (A) *O nocionamento do valor decorativo [...] derivou do tecnicamente mais benfeito.*
- (B) *Já o canto, a música, porém, para reunir à sua manifestação o valor estético...*
- (C) *E com efeito, se observarmos os povos primitivos atuais...*
- (D) *As artes da palavra [...] se apresentam já bastante aproveitadas e tradicionalizadas como técnica.*
- (E) *... a música é a menos organizada entre as artes...*

14. Uma frase escrita com clareza e em conformidade com a norma-padrão da língua é:

- (A) Contrariamente ao senso comum, a música não constitui a mais antiga das artes, na medida em que se desenvolveu depois que as artes manufaturadas e as da palavra já haviam se submetido a normatizações técnicas.
- (B) Ainda que se considerasse como verdadeira a suposição que a música seja tão velha quanto o homem, será preciso atentar ao fato que outras artes caracterizaram-se como tais antes dela contar com recursos técnicos refinados.
- (C) As qualidades daquilo que foi tecnicamente bem executado certamente possibilitariam atribuí-lo a chancela de um produto agradável aos sentidos, o que por sua vez, acarreta a valorização destes como objetos com valor artístico.
- (D) Discernir artefatos com valores estéticos genuínos não deve ser tarefa simples, especialmente se for levado em conta os limites que separam o meramente utilitário do decorativo; daí a contribuição inestimável do crítico de arte.
- (E) A limitação dos recursos de que se valem para compor suas músicas, em comparação com outras artes, revelam que os povos primitivos ainda não têm pleno domínio da técnica que as tornariam produtos embeudados de valor estético.

15. Considere o poema abaixo.

A Borboleta Dourada II

*Pra que ela abriria as asas
se logo mais não as teria?
Seria como acostumar-se,
ver, depois esquecer o dia.*

*Mas será que entre a mala pronta
e a desfeita, nada se apronta*

*que valha o trabalho que dá?
Será que, desfazendo a mala
ou abrindo as asas pra voar,*

*não se ganha tudo que ao meio
borbulha pleno, como um veio?*

(Matheus Jacob Barreto. Disponível em: www.scortecci.com.br)

Uma afirmativa condizente com o conteúdo do poema é:

- (A) A resposta apresentada para a primeira questão, devido a seu caráter assertivo, é corroborada pelas duas perguntas que a sucedem, explicitando a lógica categórica que rege a organização textual.
- (B) As três perguntas que se sucedem na composição do texto permanecem sem a sugestão de uma resposta, e isso revela, por parte do eu lírico, um comportamento pessimista diante da existência.
- (C) O fato de o poema iniciar-se e encerrar-se com perguntas evidencia que o eu lírico está diante de problemas insolúveis e, por isso, não se deve imaginar uma resposta à questão inicial.
- (D) Enquanto à primeira pergunta seja possível aventar a hipótese de uma resposta negativa, as duas últimas apontam para uma resposta positiva, o que vincula ao texto uma mensagem de esperança.
- (E) O poema inicia-se com uma questão voltada ao passado, cuja resposta é conhecida, mas se conclui com uma questão voltada ao futuro, de resposta incerta, o que se expressa num tom de espanto.

História do Mato Grosso

16. Considere o trecho a seguir:

O quadro de tensão no Prata levou o governo imperial a propor, em abril de 1864, o aumento do efetivo do Exército em tempos de paz para 22 mil homens. A câmara de Deputados aprovou a proposta mas, em fins de 1864, o Brasil dispunha de uns 18 mil soldados profissionais espalhados pelo país. Também não se tomou medida defensiva séria no território mais vulnerável do Império, o Mato Grosso, embora em 1863 o próprio Ministro da Guerra afirmasse que era necessário conservar uma força do Exército nessa província, pois seria 'imprevidência' enviá-la quando 'circunstâncias inesperadas' o exigissem.

(DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 98)

A constatação da vulnerabilidade do Mato Grosso referida pelo autor, pode ser relacionada, no contexto histórico em questão,

- (A) à facilidade com que se efetivou a invasão paraguaia, por via fluvial e terrestre, resultando na tomada de Corumbá, uma vez que a desigualdade de forças resultou na rendição por parte dos militares mato-grossenses.
- (B) ao isolamento político de Mato Grosso, devido às tensões vigentes entre a oligarquia local de tendência republicana e as autoridades imperiais, que negligenciavam a administração do Centro-Oeste por priorizar o Sul e o Sudeste.
- (C) à extensa região de fronteira com a Bolívia e o Paraguai, existente no Estado, somada a suas barreiras naturais, como o Pantanal e a região do Chaco, que relegavam seu território a uma condição de permanente isolamento.
- (D) ao descaso do governo imperial com a defesa do território, refletida na precariedade das condições de defesa militar existente no Mato Grosso, limitadas ao Forte Coimbra, a alguns vapores e a poucos contingentes de soldados.
- (E) à incompetência do governo da província em acatar as determinações do Império de que a defesa fosse reforçada, apesar do envio de tropas, navios da Marinha Imperial e munições.

17. Considere o trecho a seguir:

Os colonizadores hispânicos, certamente, haviam transitado por terras que hoje constituem Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas nelas não se fixaram, ou, se o fizeram, suas vilas não progrediram e foram, mais tarde, abandonadas: Puerto de los Reyes, em pleno pantanal mato-grossense e Santiago de Xerez, na borda do Pantanal, próximo ao rio Miranda.

(SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História do Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2009, p.5)

Dentre as razões para que o território mencionado, no século XVI, não tivesse sido colonizado por espanhóis, está a

- (A) ausência de metais preciosos, ainda não encontrados, e o desconhecimento das possibilidades de navegação pelos rios existentes.
- (B) resistência das populações indígenas pressionadas pelo avanço dos conquistadores ibéricos, e a atração exercida pelas notícias de abundância de ouro na região do Peru.
- (C) oposição à ocupação espanhola pela Companhia de Jesus, empenhada na instalação de missões lusas, e a dificuldade imposta pelas condições geográficas de solo e relevo.
- (D) violência dos imediatos ataques bandeirantes, em defesa da posse daquelas terras pela Coroa Portuguesa, e a impossibilidade de praticar a agricultura na região.
- (E) obediência aos acordos e tratados de fronteira firmados entre Espanha e Portugal, e a proximidade das minas de prata de Potosí e de outras localidades argentinas.

18. Nos anos 1970, durante o Regime Militar, o Estado do Mato Grosso foi foco de vários programas federais de estímulos econômicos setoriais e de integração nacional, dentre os quais, havia o

- (A) Calha Norte e o Grande Carajás que propiciaram a ocupação militar e econômica das fronteiras amazônicas com efeitos sobre o Estado do Mato Grosso como um todo.
- (B) Pró-Índio e o Programa Nacional da Pesca que integraram as populações indígenas e ribeirinhas do Estado no esforço para o desenvolvimento regional integrado.
- (C) Plano de Reforma Agrária e a Marcha para Oeste que impulsionaram a exploração econômica do Estado de Mato Grosso tendo como base a pequena propriedade.
- (D) Pró-Minério e o Programa Nuclear Brasileiro que alavancaram a mineração na área norte do Estado, onde concentravam-se grandes reservas de urânio, carvão e bauxita.
- (E) Proálcool e o Programa Nacional de Papel e Celulose (parte do Polocentro) que estimularam, respectivamente, a cultura de cana-de-açúcar e projetos de reflorestamento no sul do Estado do Mato Grosso.



19. Considere os seguintes artigos da Lei Complementar nº 31, de 11/10/1977:

Art. 35 – O Senador eleito pelo Estado de Mato Grosso, cujo mandato termina em 31 de janeiro de 1983, representará o Estado em que, à época da respectiva eleição, tinha domicílio eleitoral.

Art. 36 – Nas eleições de 15 de novembro de 1978, para o Senado, no Estado que deva eleger três Senadores, o menos votado dos dois eleitos por sufrágio direto terá o mandato de quatro anos.

Parágrafo único – No Estado de Mato Grosso do Sul, a eleição do Senador a que se refere o § 2º do art. 41 da Constituição realizar-se-á no dia 28 de janeiro de 1979, pelo Colégio Eleitoral formado pela Assembléia Constituinte e Delegados das Câmaras Municipais.

(Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>)

Levando-se em conta o teor desses artigos e seus conhecimentos sobre a História do Mato Grosso, é correto afirmar que dentre os interesses que motivaram a divisão do Estado de Mato Grosso, havia o propósito de

- (A) atender as expectativas da elite pecuária do norte mato-grossense, ancorada no governo de Cuiabá, que via na parte sul do Estado uma região sem identidade com o resto do Estado, controlada por imigrantes paraguaios e gaúchos.
- (B) aumentar a representatividade do partido do governo no Colégio Eleitoral, pois este era formado por Senadores eleitos pelos Estados, dos quais 1/3 era escolhido de maneira indireta por delegados cuja maioria era afinada com o regime militar.
- (C) enfraquecer politicamente o Estado de Mato Grosso, que ao lado dos Estados do Centro-sul do Brasil estava se constituindo com um reduto eleitoral dos partidos de esquerda.
- (D) constituir, ao sul, um Território Federal militarizado, visando o cerco à guerrilha rural estabelecida entre Goiás e Pará, conhecida como “Guerrilha do Araguaia”, que ameaçava se espalhar pelo Mato Grosso.
- (E) estabelecer um Território Federal ao norte do Estado original visando à proteção das fronteiras e da área amazônica, cobrada por potências estrangeiras.

20. A história do Mato Grosso é permeada por alguns momentos nos quais evidenciam-se tensões decorrentes de conflitos entre as elites político-econômicas provocando mudanças significativas no âmbito administrativo. Um episódio característico foi

- (A) o capítulo da Rusga, no fim do século XIX, que foi a cisão entre os grupos liberais e conservadores, defensores, respectivamente, da centralização e da descentralização da administração da província.
- (B) a guerra pela independência do Mato Grosso, no começo do século XIX, que dividiu a elite entre defensores da monarquia portuguesa e favoráveis à proclamação da república mato-grossense.
- (C) o conflito local resultante da criação da Sociedade dos Zelosos, logo após a abdicação de Dom Pedro, por ser esta uma instituição maçônica que fazia oposição ao governo regencial, apoiado pela oligarquia rural.
- (D) a reação de setores das elites à criação da Liga Norte-mato-grossense, logo após a Guerra do Paraguai quando o governo de Cuiabá constatou os anseios separatista da parte sul do Estado.
- (E) a campanha pela autonomia da parte sul, que se fortaleceu nos anos 1970, e se valia de diversos argumentos, como a unidade local existente entre as cidades do Bolsão Sul-mato-grossense.

Geografia do Mato Grosso

21. Considere as afirmações sobre a população mato-grossense.

- I. Embora a densidade demográfica média do Estado seja de pouco mais de 3 hab/km², é possível se encontrar vários Municípios com densidade demográfica superior a 30 hab/km².
- II. Com uma esperança média de vida de 73,9 anos, observa-se que o grupo feminino apresenta maior longevidade.
- III. Nos últimos recenseamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE tem-se observado redução contínua da população com idade superior a 60 anos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.



22. Considere os textos e o mapa apresentados a seguir.

1. *Alta Floresta e Matupá são os principais polos econômicos da macrorregião que tem a leste o Parque Indígena do Xingu. O sistema produtivo dos polos da região é muito semelhante e a pecuária é a principal atividade da macrorregião. Além disso, as estradas entre as cidades são boas e a comercialização de gado e insumos é intensa. A BR-163 atravessa a região.*
2. *A diversidade marca o sistema de produção desta macrorregião, situada sobre o bioma cerrado. Na porção oeste da macrorregião a pecuária é a atividade dominante, na porção norte o destaque é a agricultura. A porção central (Rondonópolis) é a mais diversificada e desenvolve as atividades citadas anteriormente.*



Os textos 1 e 2 referem-se, respectivamente, às macrorregiões

- (A) Norte e Sudeste.
- (B) Nordeste e Sudeste.
- (C) Noroeste e Sudoeste.
- (D) Médio-Norte e Oeste.
- (E) Norte e Centro-Sul.

23. Sobre o agronegócio em Mato Grosso, considere.

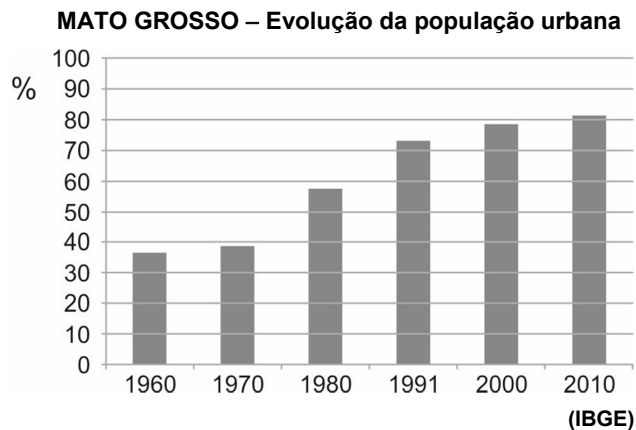
- I. O espaço rural mato-grossense, que já nasce diferenciado, sente os efeitos do agronegócio que se manifesta através do crescimento da renda no campo sobre a indústria e os serviços.
- II. A expansão do agronegócio tem possibilitado a reformulação da histórica estrutura fundiária, pois tem sido observada a redução do número e extensão dos latifúndios.
- III. Uma das críticas ao agronegócio é a degradação ambiental, tanto com a utilização de monoculturas e de químicas para a correção da acidez do solo, característico do cerrado, como com o uso dos defensivos agrícolas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I.
- (D) II e III.
- (E) III.



24. Considere o gráfico abaixo.



A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre a dinâmica socioeconômica do Mato Grosso permitem afirmar corretamente que

- (A) desde 1980 que a urbanização tem se realizado associada ao processo de industrialização, sobretudo na porção Norte do Estado.
- (B) nos três últimos Censos demográficos observa-se a estagnação da urbanização devido à redução do ingresso de migrantes no Estado.
- (C) nas últimas décadas, o processo de urbanização tem sido contínuo e atingido todo o Estado, apenas com ritmos diferentes de intensidade.
- (D) entre as décadas de 1970 e 1991, o processo de urbanização esteve atrelado à reorganização do espaço mato-grossense pós-divisão territorial.
- (E) o processo de urbanização tem ocorrido em sintonia com a criação de novos Municípios que, segundo o Censo de 2010, já atingem os 200.

25. Considere o mapa do Estado do Mato Grosso.



A linha que une Cuiabá e São Felix do Araguaia atravessa área de predomínio

- (A) de clima tropical úmido, com médias de temperatura anual superiores a 25 °C, a vegetação de cerrado e serra dos Apicás.
- (B) de clima tropical, com 6 meses de seca, os biomas de cerrado e caatinga, em acelerado desmatamento, e a serra do Tombador.
- (C) de clima equatorial semi-úmido, vegetação original de cerrados entremeados com áreas antropizadas e serra Formosa.
- (D) de clima tropical, com seca no inverno, vegetação original de cerrado, em processo de desmatamento e a serra do Roncador.
- (E) dos climas tropical úmido e equatorial, com elevadas temperaturas durante o ano, os biomas do cerrado e campos e a serra das Araras.

**Legislação Específica**

26. A Lei nº 7.692/2002, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração pública estadual, estabelece que a competência de um órgão administrativo é
- (A) indelegável de forma absoluta.
 - (B) delegável em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica, territorial ou política.
 - (C) delegável, sendo irrevogável o respectivo ato.
 - (D) delegável quanto às atribuições inerentes ao caráter político da autoridade.
 - (E) indelegável quanto à decisão de recursos administrativos.

27. No que se refere às responsabilidades, a Lei Complementar nº 207/2004, que instituiu o Código Disciplinar do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, estabelece que
- (A) a responsabilidade civil decorre do ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte ou não em prejuízo ao erário ou a terceiros.
 - (B) a indenização de prejuízo causado ao erário será liquidada em parcelas limitadas ao máximo de 50% da remuneração ou provento do servidor, desde que consentido pelo mesmo.
 - (C) no caso de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a fazenda estadual, em ação regressiva.
 - (D) a responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo, mas não comissivo, praticado no desempenho de cargo ou função.
 - (E) sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se.

28. Considere os seguintes dispositivos:

- I. A carreira dos servidores da Procuradoria-Geral do Estado será única e multiprofissional.
- II. Os cargos de nível superior e nível médio são estruturados em linha horizontal de acesso.
- III. Para o enquadramento vertical dos atuais servidores da Procuradoria-Geral levar-se-á em consideração o tempo de serviço prestado ao Estado de Mato Grosso e a produtividade.
- IV. O sistema remuneratório dos servidores é estabelecido através de subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória.
- V. A aposentadoria do servidor dar-se-á com o subsídio de seu respectivo cargo, sem acréscimo de qualquer natureza, e a inatividade proporcional, obedecidos os requisitos legais, com o subsídio proporcional ao seu tempo de serviço.

A Lei nº 7.351/2000, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios do Quadro Administrativo da Procuradoria-Geral do Estado, estabelece o constante APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II, IV e V.
- (C) III e V.
- (D) I, II, IV e V.
- (E) I, II e III.

29. Considere os seguintes órgãos:

- I. Colégio de Procuradores da Procuradoria-Geral do Estado.
- II. Procurador-Geral do Estado.
- III. Corregedoria-Geral da Procuradoria-Geral do Estado
- IV. Subprocuradoria-Geral Administrativa.
- V. Subprocuradoria-Geral Judicial.

Nos termos da Lei Complementar nº 111/2002, que dispõe sobre a competência, a organização e a estrutura da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, é órgão de execução técnica o constante APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) I e II.
- (D) III.
- (E) IV e V.

30. Nos termos da Lei Complementar nº 4/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais do Estado de Mato Grosso, a ação disciplinar prescreverá em 5 anos quanto à infração punível com

- (A) suspensão e em 2 anos quanto à destituição de cargo em comissão.
- (B) suspensão e em 2 anos quanto à repreensão.
- (C) demissão e em 2 anos quanto à destituição de cargo em comissão.
- (D) demissão e em 2 anos quanto à repreensão.
- (E) demissão e em 2 anos quanto à cassação de aposentadoria.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos estendidos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a Constituição Federal estabelece que
- (A) a criação de associações e, na forma de lei, a de cooperativas dependem apenas de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
 - (B) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
 - (C) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente, mas não extrajudicialmente.
 - (D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
 - (E) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, poderá ser objeto de penhora apenas para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
-
32. Um grupo de servidores da Procuradoria-Geral do Estado do Mato Grosso, recém empossados, participou de uma palestra de boas-vindas, oportunidade em que foram abordados temas relacionados à República Federativa do Brasil. Houve consonância com o disposto na Constituição Federal quando mencionado que
- (A) a soberania é princípio que rege as relações internacionais do Brasil.
 - (B) a independência nacional é fundamento do Estado Democrático de Direito brasileiro.
 - (C) a solução pacífica dos conflitos é fundamento do Estado Democrático de Direito brasileiro.
 - (D) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro.
 - (E) a dignidade da pessoa humana é princípio que rege as relações internacionais do Brasil.
-
33. Considere os seguintes direitos, previstos na Constituição Federal, para trabalhadores urbanos e rurais:
- I. Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
 - II. Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
 - III. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
 - IV. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
 - V. Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos APENAS os direitos previstos nos itens
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II, III e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e V.
 - (E) I, IV e V.
-
34. Todo órgão público é submetido a controles interno e externo no que diz respeito a aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais. A Constituição Federal estabelece a sistemática desses controles e prevê que o controle externo é exercido
- (A) pelos Tribunais de Contas.
 - (B) pelo Poder Legislativo.
 - (C) pelo Poder Executivo.
 - (D) pelo Poder Judiciário.
 - (E) pelo Conselho Nacional de Justiça.
-
35. A Constituição Federal dispõe que o sufrágio universal, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular são instrumentos que evidenciam o exercício
- (A) da cidadania.
 - (B) da democracia.
 - (C) da soberania popular.
 - (D) da dignidade da pessoa humana.
 - (E) do pluralismo político.



36. O Estado do Mato Grosso deseja instituir uma fundação. Nesse caso, a Constituição Federal exige que a autorização de sua instituição e a definição das áreas de sua atuação, respectivamente, devem ser estabelecidas mediante
- (A) lei específica e lei complementar.
 - (B) lei complementar e lei específica.
 - (C) lei específica e lei específica.
 - (D) lei complementar e lei complementar.
 - (E) lei específica e lei delegada.

37. Considere as matérias:

- I. Legislação sobre trânsito.
- II. Preservação das florestas.
- III. Fomento da produção agropecuária.
- IV. Legislação sobre juntas comerciais.
- V. Legislação sobre direito urbanístico.

Segundo a Constituição Federal, a competência da União, Estados e Municípios relativa a essas matérias é

- (A) privativa nos itens II e III e concorrente nos itens I e IV.
- (B) comum nos itens IV e V e concorrente nos itens I e III.
- (C) concorrente nos itens I e III e privativa nos itens II e V.
- (D) concorrente nos itens I e V e comum nos itens II e III.
- (E) comum nos itens II e III e concorrente nos itens IV e V.

Direito Administrativo

38. O Governador do Estado, por razões de interesse público, pretende outorgar a exploração de rodovia estadual à iniciativa privada. Todavia, estudos técnicos preliminares estimam que o valor da tarifa de pedágio a ser cobrada dos usuários, sob o regime da concessão comum, seria excessivo, a ponto de desestimular o uso da rodovia. Diante disso, o governo estadual estuda a alternativa de realização de concessão sob o regime de parceria público-privada, nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, de tal maneira que o contrato envolva contraprestação pecuniária da Administração pública ao parceiro privado. Para que tal alternativa seja viável, há diversos requisitos legais, tais como:

- I. Valor do contrato não inferior a 20 milhões de reais.
- II. Objeto não consistente apenas no fornecimento de mão de obra, no fornecimento e instalação de equipamentos e na execução de obra pública.
- III. Prazo de vigência compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 anos, nem superior a 35 anos, incluindo eventual prorrogação.
- IV. Repartição objetiva de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.
- V. Previsão contratual de mecanismos para a preservação da atualidade dos serviços prestados.

São requisitos previstos na lei o que consta em

- (A) III, IV e V, apenas.
- (B) I, II e V, apenas.
- (C) I, II, III e V, apenas.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

39. A Lei Geral de Processo Administrativo do Estado do Mato Grosso (Lei estadual nº 7.692, de 1º de julho de 2002) disciplina

- (A) todos os atos e procedimentos administrativos da Administração pública direta e indireta do Estado do Mato Grosso, derogando regramentos legais específicos.
- (B) os atos e procedimentos administrativos da Administração pública direta e indireta do Estado do Mato Grosso, exceto os que tenham disciplina legal específica.
- (C) os atos e procedimentos administrativos da Administração pública direta do Estado do Mato Grosso, excluídos, portanto, os editados por sua administração indireta, que têm regime geral próprio.
- (D) os atos e procedimentos administrativos da Administração pública direta e indireta do Estado do Mato Grosso, que não tenham disciplina legal específica, aplicando-se, todavia, subsidiariamente àqueles que tenham disciplina legal específica.
- (E) os atos e procedimentos administrativos da Administração pública direta e indireta do Estado do Mato Grosso e, ainda, os atos e procedimentos administrativos de cada um dos Municípios situados no território estadual.



40. A respeito das chamadas “desapropriação-sanção”, por descumprimento da função social da propriedade, é INCORRETO afirmar:
- (A) Prescindem de pagamento de indenização ao proprietário do imóvel desapropriado, visto que têm, justamente, caráter sancionador.
 - (B) Aplicam-se a propriedades rurais ou urbanas.
 - (C) Demandam pagamento de justa indenização, embora não em dinheiro.
 - (D) Pressupõem, dentre outros requisitos, o inadequado aproveitamento da propriedade.
 - (E) São executadas mediante devido processo legal.
-
41. Órgão competente da Administração pública do Estado do Mato Grosso outorga licença a empresa do setor privado. Sete anos depois, constata vício insanável de legalidade no ato administrativo de licença. Deveras, verifica que o mesmo foi efetuado ilegalmente e de maneira insanável, por falha da própria Administração pública, sem que a empresa tenha agido de má-fé ou de qualquer modo concorrido para tanto. Nessas circunstâncias, compete ao órgão da Administração mato-grossense
- (A) manter o seu próprio ato de licença, com base na boa-fé da empresa favorecida que, assim, não pode ser prejudicada por anulação de ato do qual lhe tenham decorrido efeitos favoráveis.
 - (B) anular seu próprio ato de licença, observado que não houve o transcurso do prazo decadencial de 10 anos para a Administração pública estadual anular seus próprios atos, sendo dispensáveis a observância do contraditório e da ampla defesa, nesse caso, por tratar-se de invalidação de ofício.
 - (C) manter o seu próprio ato de licença, observado que, apesar da ilegalidade constatada, já houve o transcurso do prazo decadencial de 5 anos para a Administração pública estadual anular seus próprios atos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários.
 - (D) revogar seu próprio ato de licença, editando outro escoimado do vício de legalidade constatado no ato revogado.
 - (E) anular seu próprio ato de licença, observado que não houve o transcurso do prazo decadencial de 10 anos para a Administração pública estadual anular seus próprios atos, assegurando à empresa favorecida a ampla defesa e o contraditório.
-
42. Município mato-grossense pretende celebrar ajuste com o Estado do Mato Grosso, por meio do qual lhe transfira os encargos de regulação e prestação dos serviços públicos municipais de coleta e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, sem qualquer criação de pessoa jurídica para tal fim. Para tanto, os instrumentos jurídicos adequados são o
- (A) termo de fomento e o termo de colaboração, tal como disciplinados pela Lei nº 13.019/2014.
 - (B) convênio de cooperação e o contrato de programa, tal como disciplinados pela Lei nº 11.107/2005, e pela legislação específica sobre os serviços públicos em questão.
 - (C) consórcio público de direito público e o contrato de programa, tal como disciplinados pela Lei nº 11.107/2005, e pela legislação específica sobre os serviços públicos em questão.
 - (D) convênio administrativo e o contrato de repasse, tal como disciplinados pela Lei nº 8.666/1993, e pelo Decreto nº 6.170/2007.
 - (E) contrato de empreitada de obra pública e o contrato de prestação de serviços, tal como disciplinados pela Lei nº 8.666/1993.
-
43. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC aplica-se
- (A) obrigatoriamente sempre que estiverem em pauta, por exemplo, obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, independentemente de previsão, ou não, da opção pelo RDC no instrumento convocatório do certame.
 - (B) exclusivamente a hipóteses legalmente previstas, devendo ser adotado independentemente de previsão, ou não, da opção pelo RDC no instrumento convocatório do certame.
 - (C) exclusivamente às obras de infraestrutura relacionadas aos grandes eventos esportivos sediados pela República Federativa do Brasil, a exemplo, recentemente, da Copa do Mundo Fifa e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.
 - (D) exclusivamente a hipóteses legalmente previstas, desde que prevista a opção pelo RDC, de forma expressa, no instrumento convocatório do certame.
 - (E) exclusivamente às obras de infraestrutura relacionadas aos grandes eventos esportivos sediados pela República Federativa do Brasil, às obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e às ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.
-
44. A respeito do regime jurídico da improbidade administrativa, é INCORRETO afirmar:
- (A) Improbidade administrativa não se confunde com mera ilegalidade, improbidade administrativa pode ser considerada, resumidamente, como a ilegalidade qualificada pela desonestidade.
 - (B) São sanções aplicáveis à prática de ato de improbidade administrativa a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - (C) A caracterização de ato de improbidade administrativa por violação a princípio da administração pública independe de dolo ou culpa do agente.
 - (D) A aplicação das sanções por improbidade administrativa deve atentar aos ditames da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como às garantias do contraditório e da ampla defesa.
 - (E) Aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática de ato de improbidade administrativa ou dele se beneficie sob qualquer forma, também pode ser considerado ímprobo e sofrer as sanções cabíveis.

**Direito Civil e Processual Civil**

45. Maria doou a Emília um vestido de noiva. Estipulou, porém, que o bem somente seria entregue se e quando Emília casasse. Caso sobrevenha lei nova, afetando o contrato, esta
- (A) atingirá o direito de Emília somente se tiver natureza cogente, pois a lei de ordem pública possui efeito retroativo.
 - (B) atingirá o direito de Emília, que possui mera expectativa de direito.
 - (C) atingirá o direito de Emília, que possui mera faculdade jurídica.
 - (D) atingirá o direito de Emília, pois, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a lei nova tem efeito retroativo, atingindo as situações pendentes.
 - (E) não atingirá o direito de Emília, pois a lei considera adquiridos os direitos sob condição suspensiva, para fins de direito intertemporal.
-
46. Janaina, por causa permanente, não pode exprimir a vontade. De acordo com o Código Civil, trata-se de pessoa que
- (A) possui personalidade mas é relativamente incapaz para os atos da vida civil, tal como se dá com os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
 - (B) não possui personalidade, sendo absolutamente incapaz para os atos da vida civil.
 - (C) possui personalidade mas é absolutamente incapaz para os atos da vida civil, tal como ocorre com os menores de dezesseis anos.
 - (D) possui personalidade e capacidade plena, podendo praticar todos os atos da vida civil.
 - (E) possui personalidade mas é absolutamente incapaz para os atos da vida civil, tal como ocorre com os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
-
47. Sergio sofreu acidente de trânsito quando tinha sete anos de idade. Ao atingir a maioridade civil, ajuizou ação contra o causador do dano. Este, em contestação, alegou prescrição, a qual
- (A) ocorreu, porque o prazo prescricional, de cinco anos, já se ultimou.
 - (B) não ocorreu, porque o prazo prescricional, de três anos, não correu enquanto Sérgio era menor de idade.
 - (C) ocorreu, porque o prazo prescricional, de três anos, já se ultimou.
 - (D) não ocorreu, porque o prazo prescricional, de três anos, não correu enquanto Sérgio era absolutamente incapaz.
 - (E) não ocorreu, porque o prazo prescricional, de cinco anos, não correu enquanto Sérgio era menor de idade.
-
48. Em relação ao mandato, considere:
- I. Tanto as pessoas capazes, bem como as relativa ou absolutamente incapazes, são aptas para outorgar procuração mediante instrumento particular.
 - II. Não se pode substabelecer mediante instrumento particular, se o mandato foi outorgado mediante instrumento público.
 - III. O mandato presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, exceto se o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.
 - IV. O mandatário tem o direito de reter, do objeto da operação que lhe foi cometida, quanto baste para pagamento de tudo que lhe for devido em consequência do mandato.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) II e IV.
-
49. As empresas e os empresários individuais respondem, pelos produtos postos em circulação,
- (A) apenas se provado o elemento culpa, ou seja, subjetivamente, sem ressalvas.
 - (B) independentemente de culpa, ou seja, subjetivamente.
 - (C) independentemente de culpa, ou seja, objetivamente.
 - (D) apenas se provado o elemento culpa, ou seja, objetivamente, ressalvados outros casos previstos em lei especial.
 - (E) independentemente de culpa, ou seja, objetivamente, apenas se, por sua natureza, o produto causar risco a quem o consome.



50. Carlos ajuizou ação de obrigação de fazer contra Orlando e teve concedida, em seu favor, tutela de urgência, a qual foi efetivada. No entanto, em sentença, o juiz julgou improcedente o pedido e condenou Carlos a pagar multa por litigância de má-fé. A sentença transitou em julgado. Carlos responde
- (A) pelo prejuízo que a efetivação da tutela tiver causado a Orlando, o qual deverá ser abatido do valor da multa por litigância de má-fé. Se possível, a indenização deverá ser liquidada nos mesmos autos.
 - (B) pela multa por litigância de má-fé, apenas, a qual abrange os prejuízos que a efetivação da tutela tiver causado a Orlando, não cabendo indenização suplementar.
 - (C) pelo prejuízo que a efetivação da tutela tiver causado a Orlando, o qual deverá ser abatido do valor da multa por litigância de má-fé. A liquidação da indenização deverá ser feita por meio de ação própria, necessariamente.
 - (D) pelo prejuízo que a efetivação da tutela tiver causado a Orlando, independentemente do pagamento da multa por litigância de má-fé. Se possível, a indenização deverá ser liquidada nos mesmos autos.
 - (E) pelo prejuízo que a efetivação da tutela tiver causado a Orlando, independentemente do pagamento da multa por litigância de má-fé. A liquidação da indenização deverá ser feita por meio de ação própria, necessariamente.
-
51. No cumprimento de sentença que impõe à Fazenda dever de pagar quantia certa,
- (A) não impugnada a execução, penhorar-se-ão tantos bens quantos bastem à satisfação do débito.
 - (B) esta será intimada, na pessoa de seu representante judicial, a impugnar a execução no prazo de 30 dias e nos próprios autos, não se lhe aplicando a multa pelo não cumprimento espontâneo da obrigação.
 - (C) poderá a Fazenda arguir inexigibilidade da obrigação, que se dá, entre outras hipóteses, no caso de título fundado em norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ainda que a declaração tenha ocorrido depois do trânsito em julgado da sentença exequenda.
 - (D) esta será intimada, na pessoa de seu representante judicial, a pagar o débito em 15 dias, acrescido de multa de 10% sobre o valor do débito, além de honorários advocatícios.
 - (E) esta será intimada, na pessoa de seu representante judicial, a pagar o débito em 10 dias, acrescido de multa de 15% sobre o valor do débito, além de honorários advocatícios.
-
52. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer, para a efetivação da tutela específica, o juiz poderá,
- (A) de ofício ou a requerimento, impor multa, em decisão passível de cumprimento provisório, permitindo-se o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.
 - (B) desde que a requerimento da parte, determinar busca e apreensão de pessoas e coisas, cujo mandado será cumprido por um oficial de justiça.
 - (C) de ofício ou a requerimento, impor multa, em decisão passível de cumprimento provisório, permitindo-se o levantamento imediato do valor, independentemente do trânsito em julgado da sentença favorável à parte.
 - (D) desde que a requerimento, impor multa, em decisão passível de cumprimento provisório, permitindo-se o levantamento imediato do valor, independentemente do trânsito em julgado da sentença favorável à parte.
 - (E) desde que a requerimento da parte, impor multa que será devida desde o dia em que se configurar o descumprimento, até a prolação da sentença.
-
53. Por meio de impugnação ao cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa,
- (A) deve ser apresentada no prazo de 10 dias, em autos apartados.
 - (B) deve ser precedida de garantia do juízo, sob pena de rejeição liminar.
 - (C) o executado poderá alegar excesso de execução, caso em que deverá declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo, sob pena de rejeição liminar da impugnação, se este for seu único fundamento, ou de não conhecimento do argumento, caso outro também tenha sido alegado.
 - (D) pode versar sobre a incompetência absoluta do juízo da execução, porém não da relativa.
 - (E) impede, em regra, a prática de atos executivos.



54. Acerca dos recursos, considere:

- I. O recorrente comprovará, quando da interposição do recurso, o respectivo preparo, incluindo o porte de remessa e retorno, ainda que se trate de autos eletrônicos.
- II. A renúncia ao direito de recorrer é dependente da aceitação da outra parte quando a sentença houver resolvido o mérito.
- III. O recorrente pode desistir do recurso a qualquer tempo, ainda que sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
- IV. O prazo para interpor os recursos e para lhes responder é de 15 dias, salvo nos embargos de declaração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I e III.
- (E) III e IV.

Direito Tributário

55. Rafael, domiciliado em Cuiabá/MT, no ano de 2014, era proprietário de uma fazenda de gado nos arredores de Campo Grande/MS. Um ano antes de sua morte, doou 200 cabeças a seu primo Francisco, domiciliado em Rio Branco/AC, que as aceitou de bom grado, restando ao doador outras 300 cabeças. Seis meses antes de falecer, Rafael mudou seu domicílio, de Cuiabá para Porto Velho/RO, cidade em que acabou vindo a falecer, em 2015, e onde se processou o inventário judicial dos únicos bens que deixou: a fazenda e as 300 cabeças de gado.

De acordo com a Constituição Federal, o ITCMD incidente sobre a transmissão

- (A) por doação das 200 cabeças é devido ao Acre.
- (B) *causa mortis* da fazenda é devido a Mato Grosso.
- (C) por doação das 200 cabeças é devido a Mato Grosso do Sul.
- (D) por doação das 200 cabeças é devido a Mato Grosso.
- (E) *causa mortis* da fazenda e das 300 cabeças é devido a Mato Grosso do Sul.

56. De acordo com a Constituição Federal, o IPVA é imposto de competência estadual e

- I. terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- II. poderá ter suas alíquotas máximas fixadas pelo CONFAZ.
- III. poderá ter alíquotas reduzidas quando o veículo não for automotor.
- IV. poderá ter alíquotas diferenciadas em função da utilização do veículo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) III e IV.

57. Um determinado Estado brasileiro, famoso pelas lindas paisagens que ornamentam muitas de suas cidades, estava passando por severa crise econômica. Decidiu, em razão disso, investir fortemente no turismo destas cidades, com a finalidade de atrair pessoas com alto poder aquisitivo e que estivessem predispostas a gastar neste "Estado paradisíaco". Paralelamente, com o intuito de evitar a afluência e o tráfego de turistas provenientes de unidades federadas com baixo ou nenhum poder aquisitivo, o governo deste "Estado paradisíaco" criou uma exação que denominou de "Taxa Interestadual de Compensação Financeira", e que tinha o intuito específico de impedir, ou, pelo menos, de reduzir o tráfego de pessoas provenientes de outros Estados sem poder aquisitivo naquelas cidades turísticas do Estado.

De acordo com a Constituição Federal, essa taxa

- (A) poderia ser cobrada, desde que obedecido o princípio da anterioridade.
- (B) poderia ser cobrada, desde que obedecidos os princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal (noventena).
- (C) não poderia ser cobrada.
- (D) poderia ser cobrada, desde que obedecidos os princípios da anterioridade e da irretroatividade.
- (E) não poderia ser cobrada pelo Estado em que se localizam essas cidades, pois a competência para instituir essa taxa é do Estado de proveniência dos turistas.



58. De acordo com o CTN, as isenções de tributos devem ser concedidas por meio de lei. No caso específico do ICMS, ainda, a Constituição Federal determina que cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados, sendo que, até a presente data, é a Lei Complementar nº 24/75 que atende a essa determinação constitucional.

Com base no que dispõe a Constituição Federal e a referida Lei Complementar nº 24/75, se, por exemplo, um Estado da região Nordeste solicitar autorização do CONFAZ para conceder isenção do ICMS em determinadas operações internas com mercadorias,

- (A) será considerado deferido o pleito do Estado solicitante, se a maioria simples das unidades federadas presentes votar pelo seu deferimento.
- (B) mas o Estado de Mato Grosso, embora devidamente convocado, não enviar representante à reunião do CONFAZ em que essa matéria será deliberada, considerar-se-á automaticamente indeferido o pedido do Estado solicitante, ainda que a maioria dos Estados esteja representada na reunião.
- (C) será considerado deferido o pleito do Estado solicitante, se quatro quintos do total das unidades federadas que compõem o CONFAZ votar pelo seu deferimento.
- (D) e o Estado de Mato Grosso enviar representante à reunião do CONFAZ em que essa matéria será deliberada, mas for o único a votar contra o pleito do Estado solicitante, embora as demais 25 unidades federadas presentes votem a favor, esse pleito será considerado indeferido.
- (E) será considerado deferido o pleito do Estado solicitante, se quatro quintos das unidades federadas presentes votar pelo seu deferimento.
-
59. Relativamente às penalidades pecuniárias por descumprimento da legislação tributária que podem ser impostas aos contribuintes, o Código Tributário Nacional estabelece que
- (A) elas constituem obrigação principal, e decorrem de inobservância de uma obrigação acessória.
- (B) a denúncia espontânea da infração é elemento suficiente para excluir a responsabilidade pelo seu pagamento, mesmo quando há tributo devido em razão do cometimento da infração.
- (C) elas são sanções pela prática de atos ilícitos e, por causa disso, são tributos.
- (D) seu lançamento tributário pode ocorrer tanto por homologação, como de ofício.
- (E) elas devem obedecer ao princípio da anterioridade e da anterioridade nonagesimal (noventena).
-

60. De acordo com as regras insculpidas na Constituição Federal e nas leis complementares às normas por ela estabelecidas, os Estados e o Distrito Federal
- (A) podem instituir e aumentar o ITCMD sobre a doação de livros, desde que observem, necessariamente, os princípios da anterioridade, anterioridade nonagesimal (noventena), legalidade e irretroatividade.
- (B) não podem lançar e cobrar o ICMS incidente sobre a comercialização de obras musicais, produzidos no Brasil, gravadas em CDs ou DVDs, contendo óperas de Mozart (nacionalidade austríaca), interpretadas por músicos brasileiros.
- (C) podem fixar a base de cálculo do IPVA, desde que observem, necessariamente, os princípios da anterioridade, anterioridade nonagesimal (noventena), legalidade e irretroatividade.
- (D) sobre a prestação de serviços em geral, mediante a edição de lei ordinária estadual.
- (E) podem lançar e cobrar o ICMS sobre operações que destinem a outros Estados álcool combustível, inclusive lubrificantes dele derivados, e energia elétrica.
-

61. No que diz respeito às alíquotas dos impostos estaduais, a Constituição Federal determina que cabe a
- (A) lei complementar federal fixar as alíquotas internas máximas do ICMS.
- (B) resolução do Senado Federal fixar as alíquotas mínimas do ITCMD.
- (C) lei complementar federal fixar as alíquotas máximas do IPVA.
- (D) lei complementar federal fixar as regras para diferenciação das alíquotas do IPVA em razão do tipo e utilização do veículo.
- (E) resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais.
-

Direito Ambiental

62. Associação de Defesa do Rio Taquari ajuizou ação civil pública em face do Estado do Mato Grosso e da Companhia Estadual de Águas e Esgotos visando impedir a poluição do Rio Taquari, que ocorre com o despejo de esgoto *in natura*, buscando providências para que se restabeleça o equilíbrio ambiental e seja resguardada a saúde pública. Diante desta situação hipotética e levando em consideração o que dispõe a Lei nº 7.347/85,
- (A) poderá o juiz conceder pedido de liminar suspensiva da atividade dos réus, sem justificação prévia, decisão não sujeita a agravo.
- (B) o interesse tutelado pela Associação autora configura-se como direito individual homogêneo, nos termos da legislação vigente.
- (C) havendo condenação no dever de interromper o despejo de esgoto *in natura*, impondo a obrigação de tratamento prévio dos resíduos, não há que se falar em condenação em pecúnia pelos danos anteriores e irremediáveis.
- (D) sendo vencedor da ação o Estado do Mato Grosso, caberá à Associação autora o pagamento da sucumbência.
- (E) poderá o juiz da causa condenar o causador do dano ambiental ao dever de reparar o dano, além do dever de cessar a atividade de despejo de esgoto *in natura* no rio.
-



63. José da Silva foi flagrado pela polícia transportando anchova em período de defeso, conforme Portaria do Ibama, tendo o Ministério Público oferecido denúncia contra o mesmo pela prática de crime ambiental. Na instrução foi verificado que o transporte foi determinado por João Dias, sócio-proprietário da empresa Pescadão Ltda. Com base no que dispõe a Lei nº 9.605/98,
- (A) José da Silva e João Dias poderão ser responsabilizados civil, administrativa e penalmente, podendo ser aplicadas à empresa Pescadão Ltda. apenas penalidades administrativas, além do dever de reparar o dano na esfera cível.
 - (B) João Dias estará sujeito ao mesmo crime por aquele que industrializar espécimes provenientes de pesca proibida, sendo possível a responsabilização de sua empresa apenas nos âmbitos administrativos e civil.
 - (C) a pena do crime em questão será aumentada até o triplo, por decorrer do exercício de pesca profissional.
 - (D) poderá ser aplicada à empresa Pescadão Ltda. a pena de suspensão parcial ou total das suas atividades.
 - (E) não poderá ser aplicada à empresa Pescadão Ltda. a pena de prestação de serviço à comunidade.

64. Sobre responsabilidade civil ambiental, considere:

- I. A responsabilidade civil ambiental é objetiva, baseada no risco integral, de acordo com a doutrina e jurisprudência majoritárias, não se admitindo excludentes de caso fortuito e força maior.
- II. Em caso de reparação do dano ambiental causado pelo desmatamento, não há primazia na reparação específica, podendo o poluidor optar entre indenizar ou executar um projeto de recuperação do ambiente degradado, desde que firmado por profissional tecnicamente capacitado, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- III. Aquele que causa dano ambiental amparado em licença ambiental válida e eficaz não pode ser demandado em ação civil pública para fim de reparar dano derivado dessa atividade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

65. Analise as assertivas abaixo sobre licenciamento ambiental, considerando os dispositivos da Lei Complementar nº 140/2011.

- I. As ações administrativas atribuídas a determinado ente federativo poderão ser delegadas pelo mesmo, mediante licitação, a ente privado que detenha comprovação de capacidade analítica e técnica, através de contrato que será acompanhado pelo respectivo conselho de meio ambiente.
- II. Os valores alusivos às taxas de licenciamento ambiental e outros serviços afins devem guardar relação de proporcionalidade com o custo e a complexidade do empreendimento objeto do licenciamento.
- III. O decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra, bem como não instaura a competência supletiva de outro ente federativo.
- IV. A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 90 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando esta automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) IV.

66. De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/97, é correto afirmar:

- (A) Depende de outorga do Poder Público o uso de córregos, rios e aquíferos subterrâneos para suprimento de necessidade de pequenos núcleos populacionais em meio rural e acumulações de água consideradas insignificantes.
- (B) Além do representante da FUNAI, os comitês de bacias hidrográficas de rios que abranjam terras indígenas incluirão representante das comunidades indígenas.
- (C) Independem de outorga pelo Poder Público o lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, mesmo se tratados, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- (D) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a vinte e cinco anos, renovável.
- (E) Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos poderão ser aplicados no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em percentual máximo de 10% do total arrecadado.

**Direito do Trabalho**

67. A Constituição Federal do Brasil, de 1988, inovou em relação às anteriores, elencando em seu artigo 7º um rol de direitos mínimos assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, dentre eles, estão previstos
- (A) relação de emprego protegida conta qualquer dispensa, nos termos de lei complementar e fundo de garantia por tempo de serviço.
 - (B) proteção ao salário na forma da lei, constituindo crime a sua retenção dolosa e participação nos lucros ou resultados, vinculada à remuneração.
 - (C) jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva e proteção em face da automação, na forma da lei.
 - (D) duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 40 horas semanais, facultada a compensação e redução de horários e licença paternidade, nos termos fixados em lei.
 - (E) repouso semanal remunerado obrigatoriamente aos domingos e com acréscimo de 50% sobre os outros dias e aposentadoria.
-
68. Diana contratou verbalmente Isis para prestar serviços em sua residência como cuidadora de sua mãe. Ficou ajustado o trabalho nas segundas, quartas e sextas feiras, com jornada de 8 horas por dia de trabalho e intervalo de 1 hora para refeição, remuneração no valor de R\$ 100,00 para cada dia de trabalho pago ao final do dia. Depois de 8 meses de trabalho Isis foi dispensada. Nesse caso, Diana terá responsabilidade, sobre
- (A) o registro em Carteira de Trabalho, os dias trabalhados, DSR, férias proporcionais com 1/3, 13º salário proporcional, aviso prévio, depósitos do FGTS incluindo a indenização compensatória da perda do emprego sem justa causa.
 - (B) apenas os dias trabalhados, pois não houve continuidade para caracterizar contrato de empregada doméstica.
 - (C) somente os dias trabalhados e aviso prévio pela rescisão do contrato de prestação de serviços, porque não houve relação de emprego diante da ausência de pagamento mensal e por não exercer serviços domésticos.
 - (D) o registro em Carteira de Trabalho, os dias trabalhados, DSR, 13º salário proporcional e aviso prévio, porque não completou 12 meses de trabalho e não houve vinculação ao regime do FGTS.
 - (E) o registro em Carteira de Trabalho, os dias trabalhados, DSR, férias proporcionais com 1/3, 13º salário proporcional e aviso prévio, porque não houve vinculação ao regime do FGTS.
-
69. Conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho referentes à duração do trabalho, considerados os períodos de descanso e horário noturno, é correto afirmar:
- (A) Não serão descontadas, nem computadas como jornada extraordinária, as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 10 minutos, observado o limite máximo de 15 minutos diários.
 - (B) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante acordo tácito ou verbal.
 - (C) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 12 horas consecutivas para descanso.
 - (D) Quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 100% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
 - (E) Para o trabalhador urbano, considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
-
70. Thor é empregado da Joalheria Pérolas, exercendo as funções de segurança patrimonial armado. Afrodite também trabalha na mesma empresa, exercendo atividade que lhe expõe a um nível de ruído nocivo à sua saúde, acima dos limites de tolerância fixados em norma regulamentar ministerial e classificado em grau máximo. Nessa situação, Thor e Afrodite farão jus, respectivamente, a adicional de
- (A) periculosidade de 30% sobre o salário base e insalubridade de 40% do salário mínimo.
 - (B) periculosidade de 30% sobre o salário base e insalubridade de 20% do salário base.
 - (C) penosidade de 25% do salário mínimo e periculosidade de 30% do salário base.
 - (D) insalubridade de 20% sobre o salário mínimo e periculosidade de 40% sobre o salário base.
 - (E) periculosidade de 25% sobre o salário base e insalubridade de 20% do salário mínimo.